

# A FUNÇÃO DO ESCRITO NA PRÁTICA PSICANALÍTICA

Monografia de final de curso apresentada ao Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil, como parte dos requisitos para a graduação em Psicologia

2006

**Leander Mattioli Pasqual**

Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

[leomattiolip@yahoo.com.br](mailto:leomattiolip@yahoo.com.br)

Orientação:

**Prof.<sup>a</sup> Jussara Lemos de Avellar**

---

## RESUMO

A escrita se constitui como fundamento na prática psicanalítica. O campo da fala e da escuta não é suficiente para o estabelecimento desta experiência. O trabalho aqui resumido tem suas bases nessas primeiras considerações teóricas a respeito da fala e da escrita na clínica psicanalítica.

O objetivo é demonstrar que na fala endereçada ao analista existe sempre um mais além textual que escapa à compreensão do analisando. Na prática psicanalítica, onde o analisando se põe a falar a partir da oferta de escuta do analista, algo se escreve em um outro campo, algo que, no entanto, não pode ser lido. A ilegibilidade da escrita produzida em análise é o que localiza a sua função. Isto que se escreve, que irrompe sem intenção naquilo que o analisando buscava dizer, é o que propicia o progresso do tratamento analítico. O analista, ao assinalar um lapso em análise, estará também indicando que existe algo de Real do qual o analisando nada sabe, incitando-o desta forma a se voltar para a causa do desarranjo em sua fala.

Como resultado da defasagem radical entre significante e significado, muitas leituras podem ser feitas no processo analítico. Não existe uma leitura única, correta, para aquilo que está registrado no sujeito. O sujeito, ao tentar decifrar as marcas de sua história pela via da linguagem, através das articulações significantes, descobrirá a cada nova tentativa de leitura que há também a letra, sendo esta a escrita ilegível de sua divisão. Portanto, assim como este trabalho pretende considerar, a escrita serve na prática psicanalítica para registrar o impossível na linguagem. O sujeito, antes aprisionado em sua impotência, na tentativa sempre fracassada de anular a marca de sua castração, passa pelo processo analítico descobrindo aliviado a impossibilidade inerente de tal resolução, e fazendo desta nova condição o horizonte de suas possibilidades.

**Palavras-chave:** escrita, fala, gozo, letra, significante

*Faço confiança nesses fazeres de ir descascando as palavras. E como chegar ao caroço, ao lírio seminal de cada uma? Como encontrar as funções todas de uma palavra?*

Manoel de Barros

## 1 - INTRODUÇÃO

A Psicanálise sempre encontrou na escrita o apoio necessário para seu percurso prático e teórico. Os textos literários serviram de base para o desenvolvimento de muitas teses dentro do campo psicanalítico. Os textos de Sófocles, Goethe e Dostoiévsky, dentre outros autores, exerceram grande influência sobre o pensamento de Freud. Além disso, a pretensão científica de Freud o levou a elaborar o aparelho psíquico em termos topográficos e escriturais. “Apresentando o aparelho psíquico como um sistema de inscrições Freud introduz na psicanálise a ordem da escritura (...) O inconsciente, sistema de memória onde os traços se conservam de forma permanente, desde aí tem como suporte a dimensão da escrita” (COELHO; NASCIMENTO, 2000, p. 47).

A escrita é um elemento fundamental na constituição dos domínios científicos e literários, campos que desde o início marcaram com sua importância, sob diversas formas, o percurso psicanalítico. Em 1930, Freud foi homenageado com o *Prêmio Goethe* pela grandeza de sua obra e estilo. Na ocasião da cerimônia de recebimento do prêmio, Freud enfatizou em seu discurso a capacidade do gênio de Goethe para harmonizar arte e ciência. Esta grandeza também pertence ao gênio de Freud, que transitou abertamente por diversos ramos artísticos e científicos.

Não pretendo desenvolver neste trabalho as relações entre Psicanálise, Literatura e Ciência, mesmo que este tema esteja diretamente ligado à questão da função do escrito na prática psicanalítica. De qualquer maneira, enfatizo a relação com a Literatura pelo fato de este ser um domínio artístico da escrita, um campo que não emprega o texto em sua função utilitária, sendo a própria linguagem a matéria prima de seu trabalho. O objeto deste estudo consiste em precisar tal relação por uma vertente distinta daquela que busca a aplicação teórica do saber psicanalítico ao texto literário, tomando-o somente como metáfora e ilustração de um saber prévio, já que “não foi mediante um movimento de expansão, de anexação, que a psicanálise, como se tivesse avançado para além de um domínio original, acabou abordando problemas literários” (MANNONI, 1992, p.25).

O estudo do tema ‘*a função do escrito na prática psicanalítica*’ enfatiza o valor próprio do texto e da escrita e sua importância para o processo de análise. Neste sentido, não é tanto a Literatura que nos interessa, mas a *Lituraterre*, uma forma subversiva de escrita que indica com

maior precisão a função que o escrito desempenha em uma experiência de análise. Lacan forja o termo *Lituraterre* a partir de seu encontro com o texto de James Joyce, texto cuja escrita revela o que de melhor poderia se esperar ao término de uma análise, ou seja, ir diretamente de *a letter* para *a litter*. “Eis uma frase plena de conseqüências, sinalizando, ainda que enigmaticamente, uma suposta finalidade de uma experiência de psicanálise, deixando entrever que essa experiência poderia ser traduzida, a grosso modo, no reconhecimento da permeabilidade entre uma carta, uma letra e um monte de lixo” (MANDIL, 1999, p.52). Joyce causa a promoção do escrito no ensino Lacan, o que novamente demonstra o quanto a Psicanálise depende do uso artístico da escrita, em especial deste uso tão particular que se refere à própria experiência analítica.

Não é a proposta desenvolver aqui o trabalho de escrita *do* analista e nem a importância do texto por ele produzido enquanto transmissão de saber e elaboração clínica. A escrita clínica a qual me refiro é a própria escrita operante em análise, a escrita que se tece sobre o divã como causa e resultado do trabalho inconsciente de elaboração.

Nesse sentido amplo, a psicanálise trabalha com o texto escrito, reescrito, copiado, invertido, produzido por variadas vezes, e que constitui a verdade de cada sujeito falante que deixa fluir esse discurso. Discurso que flutua entre ele e alguém que escuta. Alguém – o psicanalista – que tem uma escuta especialíssima e vai pontuando, sublinhando, reescrevendo, por sua vez, esse texto flutuante (BRANDÃO, 1995, p.21)

O escrito ganha com a Psicanálise, para além de sua importância clínica, um novo estatuto e uma nova função dentro do campo da linguagem. As linhas psicanalíticas de pesquisa sobre o escrito abrem promissoras margens para o entendimento da linguagem, tema que vem sendo abordado com especial atenção a partir do estruturalismo francês e da lingüística moderna. Desta forma, o diálogo em torno da questão da linguagem pode ser enriquecido de diversas formas pela própria experiência clínica fundada por Freud, sendo o escrito parte constituinte desta experiência.

## 2 - A LINGUAGEM FALADA

A prática psicanalítica se constitui no campo da fala, sendo função do analista pedir ao seu analisando que fale, que associe livremente as idéias que lhe vierem à mente. Assim nasce a Psicanálise, a partir da fala histérica endereçada a Freud no final do século XIX. Freud, movido pelo seu desejo de saber, não encontrou outro método diferente deste – pedir às suas pacientes que falassem – que pudesse orientá-lo na compreensão dos sintomas que chegavam à sua clínica.

As afecções histéricas, sem correlato anatômico, levaram Freud a pensar a instância do inconsciente. Sua hipótese indicava o inconsciente como causa da formação daqueles sintomas, cuja base seriam as representações recalcadas inacessíveis à consciência. Desta forma, tais sintomas passaram a ser considerados, em sua dimensão simbólica e enigmática, como uma formação substitutiva, um símbolo que estaria no lugar de outras representações inconscientes que caberia ao analista decifrar. Freud também postulou a satisfação pulsional do sintoma, indicando assim sua vertente não simbólica, não representável. As implicações desta não representabilidade da pulsão serão exploradas no capítulo 4. Mesmo que Freud não tenha pensado a pulsão, e conseqüentemente o sintoma, apenas em seu aspecto ideacional, ainda assim foi a partir da tentativa de abolição dos sintomas pela via da simbolização que o seu método se constituiu. O método psicanalítico de tratamento se constituiu então como a investigação das idéias recalcadas numa tentativa de trazê-las à consciência do paciente.

Se o trabalho do analista é este de decifrar as formações do inconsciente, é justamente porque tais formações já são em si mesmas deformadas. Como Freud diz, há diferentes modos de operação que são verificados no próprio funcionamento do inconsciente, cujo trabalho consiste em disfarçar representações geradoras de desprazer. Tais operações são denominadas de “condensação (de idéias) e deslocamento (da ênfase psíquica de uma idéia para outra), processos com os quais nunca, de forma nenhuma, nos deparamos em nossa vida desperta, a não ser como base daquilo que é conhecido como ‘erros de pensamento’ (FREUD, 1996 [1913], p.174).

O mecanismo de funcionamento do inconsciente é verificado por Freud a partir da escuta de seus pacientes, que, conforme já dito, iam falando livremente suas associações para que suas representações inconscientes pudessem ser decifradas. Pode-se dizer então que a estrutura inconsciente só é verificável no campo da fala, campo necessário, mas não suficiente, para o exercício da prática psicanalítica. Assim, “o fato de que a experiência analítica se apóia essencialmente sobre o dizer do paciente basta para mostrar que a estrutura do inconsciente deve ser buscada no campo da fala” (AUROUX, 1998, p.262).

A estrutura do inconsciente deve ser buscada na fala e, acrescenta Lacan, na linguagem, pois “é toda a estrutura da linguagem que a experiência psicanalítica descobre no inconsciente” (LACAN, 1978, p.225). Nos anos 50 Lacan privilegia a palavra falada e o registro simbólico na construção de sua tese acerca do inconsciente. Assim como Freud, Lacan postulou que “o sintoma se resolve inteiramente numa análise de linguagem, porque ele próprio é estruturado como uma linguagem, que ele é linguagem cuja fala deve ser libertada” (LACAN, 1978, p.133). Neste momento, o inconsciente é concebido por ele a partir de um referencial histórico determinado simbolicamente, isto é, o que estaria na causa dos sintomas seriam as representações recalcadas da história do sujeito, representações suscetíveis de deciframento e libertação. É digno de nota que o procedimento terapêutico empregado a partir dos primórdios da Psicanálise, cujo objetivo era a libertação do material recalcado, foi batizado por uma paciente de Breuer – Anna O. – de talking cure. A cura pela fala, desde então, tornou-se a conseqüência de um resgate

histórico da vida do analisando. “É bem essa assunção pelo sujeito de sua história, enquanto constituída pela fala dirigida ao outro, que faz o fundo do novo método a que Freud dá o nome de psicanálise” (LACAN, 1978, p.122).

Lacan recorrerá à ciência lingüística na formulação do inconsciente, pretendendo assim dar cientificidade ao campo psicanalítico. Com a lingüística estrutural de Saussure, através do algoritmo que estabelece no signo a disjunção entre significante e significado (S/s), sendo o significante a imagem acústica de um conceito que é o significado, Lacan pode demonstrar a amplitude da função significante na produção de significação e a equivalência dos processos inconscientes com as leis de funcionamento próprias da linguagem conforme designadas por outro lingüista, chamado Roman Jakobson. As operações inconscientes de condensação e deslocamento serão relacionadas com as duas vertentes da linguagem de incidência do significante sobre o significado – a metáfora e a metonímia.

*A metáfora é o que permite o surgimento do sentido, ou, mais precisamente, surgimento em uma cadeia significante, de um significante que vem de uma outra cadeia, e produzindo assim um efeito de condensação em que se inscreve, para o sujeito, o sentido recalcado de seu desejo. A metonímia é o mecanismo que opera as relações de deslocamento na cadeia significante. Ela é a marca de que o desejo é sempre desejo de outra coisa, que consiste apenas em uma falta nunca preenchida (AUROUX, 1998, p.268)*

É importante lembrar que Lacan inverte a fórmula do signo saussuriano, que é escrito tomando o significado sobre o significante (So/Se). Lacan desloca o significante para cima da linha e indica a primazia que lhe atribui grafando-o com letra maiúscula (S/s). A primazia do significante é definida pela sua propriedade acústica, daí a importância da fala no processo analítico. A palavra falada é constituída por unidades sonoras mínimas, chamadas fonemas, que determinam o seu sentido. Para compreender uma língua é preciso saber distinguir os sons que constituem as palavras, “e quando sabemos uma língua conhecemos os sons, as palavras e as regras que nos permitem combiná-los” (FROMKIN; RODMAN, 1993, p.10). De outro modo as pessoas não conseguiriam saber onde uma palavra começa e termina.

Sabe-se que Freud, vinte anos antes do *Curso de lingüística geral* (1910) de Saussure, já havia trabalhado, em *A interpretação das afasias* (1891), a relação entre representação de palavra (*Wortvorstellung*) e representação de objeto (*Objektvorstellung*) ou coisa (*Sachvorstellung*), que se aproxima da relação entre significante e significado. Segundo Freud, “a unidade da função de linguagem é a palavra, uma complexa representação que se apresenta composta de elementos acústicos, visuais e cinestésicos” (FREUD, 1979, p.67). Apesar desta composição, Freud enfatiza que “a representação de palavra está ligada à representação objectual a partir não de todas as suas

componentes mas apenas da imagem acústica” (FREUD, 1979, p.71). O uso que Lacan faz da lingüística, campo que lhe permite estabelecer a relação entre fala e linguagem, encontra sua justificativa nestes termos freudianos, pois “a cadeia significante constitui-se, para Lacan, no nível dos fonemas, sendo permeável aos efeitos da metáfora e da metonímia” (JORGE, 2002, p.84). A linguagem só opera em sua função de designar conceitos porque é foneticamente articulada, sendo a palavra, especialmente em seu componente sonoro, a unidade básica desta função.

Vê-se, tanto em Freud quanto em Saussure, que a palavra não designa a relação do som com a coisa, mas a relação entre som e conceito. A linha do algoritmo saussuriano designa justamente esta relação entre os termos. Lacan introduz aí outra mudança, passando a considerar a linha de relação como uma barreira resistente à significação, estabelecendo que o significante não representa o significado, mas sim o sujeito para um outro significante. Eis a diferença fundamental entre a definição lacaniana e saussuriana de significante.

Saussure apresenta o significante e o significado como sendo o verso e o anverso de uma folha de papel, de tal modo que não se pode cortar um sem, ao mesmo tempo, cortar o outro. Não há distância entre um e outro, nesta perspectiva os termos são mutuamente dependentes, daí a linha de relação do algoritmo. Ao postular a barreira entre os termos, Lacan introduz uma nova categoria no cerne do estruturalismo lingüístico, permitindo assim uma recolocação do sujeito que havia sido elidido nesta epistemologia.

Lacan introduz a categoria de falta na cadeia significante e, a partir do conceito saussuriano da língua como sistema de valores diferenciais, reelabora a noção de sujeito fora da conotação ontológica que implica na alternativa: sujeito pleno do humanismo filosófico ou morte do sujeito (JORGE, 2002, p.70)

Esta foi uma das principais contribuições da Psicanálise, a reelaboração do conceito de sujeito. Freud não trabalhou com este conceito, mas causou uma verdadeira subversão no emprego clássico do termo. Na tradição filosófica, o sujeito é fundamento da reflexão e da consciência, pilar do pensamento, sendo indivisível por natureza. Freud desfere seu golpe contra o narcisismo da humanidade quando afirma que “o eu não é senhor nem mesmo em sua própria casa” (FREUD, 1996 [1917], p.292). Com a formulação do inconsciente, Freud evidencia o caráter essencialmente imaginário do Eu, indicando a fratura naquilo que os clássicos entendiam como indivisível. Mas esta também não é a morte do sujeito, e Lacan se dedicará, ao longo de seu ensino, justamente a este trabalho de localizá-lo naquilo que é inconsciente.

Em Lacan, o sujeito tem o estatuto da falta, na medida em que é o produto da barreira resistente à significação. O significante não representa o significado, mas tenta representá-lo ao

longo do deslocamento da cadeia, e o máximo que consegue é evidenciar, através da emergência do sujeito, a impossibilidade de fazê-lo. Isto quer dizer que o significante aponta sempre para uma falta, pois o deslocamento metonímico constante da cadeia inconsciente se reporta sempre a um sujeito dividido e barrado pelo significante, um sujeito sem substância que somente se apresenta enquanto furo e lapso no discurso corrente da consciência. Desta forma, o sujeito está sempre entre dois significantes, e é a partir do campo do Outro que ele pode se expressar, tendo como suporte a bateria de significantes que a linguagem oferece.

### Segundo Fink, o sujeito

permanece apenas o tempo suficiente para protestar, para dizer “Não”. Uma vez que o sujeito tenha feito uma declaração, o que ele disse usurpa seu lugar; o significante o substitui; ele desaparece (...) Em termos temporais, o sujeito aparece apenas como uma pulsação, um impulso ou interrupção ocasional que imediatamente se desvanece ou se apaga, “expressando-se”, desta maneira, por meio do significante (FINK, 1998, p.63)

Este sujeito sempre faltoso, sempre remetido a um outro significante, é o que vem atestar aquilo que há de inesgotável na significação inconsciente. Não é possível chegar a um sentido final que represente o desejo do sujeito como Freud pensava no início dos seus estudos, isto porque existe entre significante e significado uma radical separação, estando o último submetido às leis de funcionamento do primeiro. O significado é uma produção metafórica e também contínua da linguagem, já que a inscrição do desejo do sujeito não se faz senão parcialmente. “Daí uma corrida sem fim para a interpretação do inconsciente, cuja derivação não pode ser detida por nenhum significante último do sujeito” (COTTET, 1989, p.20).

Assim, o que se escuta em análise não são os conceitos do analisando, mas a própria disjunção do significante em relação ao efeito de sentido por ele produzido, a linguagem surgindo aqui numa dimensão distinta do plano da comunicação, sendo que o próprio analisando descobre em sua fala os desvios significantes – assim como no lapso – de sua intenção de significação. “A insistência no deslocamento entre o significante e o significado abre espaço para que se registre a recusa do discurso analítico em estabelecer qualquer correspondência biunívoca entre as palavras e as coisas” (VIEIRA, 2005, p.114). O que se coloca na prática psicanalítica é a impossibilidade da comunicação na linguagem, pois não há nenhum referente, nenhuma coisa que garanta a fidelidade da atribuição significante, ou seja, que garanta aquilo sobre o que se quer dizer.

A linguagem é então, originariamente, menos um meio de comunicação do que uma função que permite a identificação do sujeito no reconhecimento dos traços que definem a condição de um ser ao mesmo tempo sexuado e mortal. O Outro, no qual o sujeito se aliena como Eu de um modo imaginário, é definido pelas leis próprias do significante (AUROUX, 1998, p.266).

Na prática analítica, a linguagem não serve à comunicação, mas sim ao sujeito. A escuta do significante enquanto tal, dissociado dos seus múltiplos sentidos, é o que permite a emergência do sujeito. “A prática cotidiana da psicanálise nos revela a maneira pela qual o sujeito inscreve sua verdade na linguagem e, em contrapartida, os procedimentos pelos quais a fala a modela e a restitui” (GORI, 1998, p.175). É isso que Lacan diz quando afirma que o sintoma se resolve inteiramente numa análise de linguagem, que ele é linguagem cuja fala deve ser libertada. Quando fala, o analisando restaura a estrutura de linguagem do seu inconsciente, marcando a distância entre significante e significado antes obstruída. Mas falar sobre o que? Sobre qualquer coisa? Evidentemente que não. Se fosse fácil assim não haveria necessidade de analista. É preciso dizer sobre o material recalcado da própria história. O sujeito, alienado no campo do Outro, é determinado por significantes que desconhece. Mas com a ajuda do analista, o analisando poderá reconhecer em sua fala o material inconsciente que o determina. Para tal, o analista terá que interpretar nas palavras do analisando o material recalcado que está impedindo o deslocamento do sujeito próprio ao campo simbólico no qual está inserido. Por não estarem remetidas à cadeia metonímica da fala, as representações recalçadas acabam por adquirir valor de verdade, fechando assim a distância simbólica entre significante e significado.

A ferramenta analítica utilizada no deciframento do inconsciente é a interpretação, atividade que se funda não na escuta do significante, mas na leitura daquilo que se ouve. A leitura é a atividade do analista que lhe permite interpretar aquilo que não está claro nas palavras. Tal concepção de leitura está de acordo com a proposta lacaniana de inconsciente dos anos 50, segundo a qual “o inconsciente é esse capítulo de minha história que é marcado por um branco ou ocupado por uma mentira: é o capítulo censurado. Mas a verdade pode ser reencontrada; o mais das vezes ela já está escrita em algum lugar” (LACAN, 1978, p.124).

### 3 - A LINGUAGEM ESCRITA

Salientar a dimensão da leitura na prática psicanalítica é fundamental para que se constate a insuficiência clínica apresentada no binômio fala-escuta tão difundido pelas Psicoterapias. Desta forma, o binômio escrita-leitura também é considerado como fundamento do processo analítico, sendo a leitura outra atividade do analista, mesmo estando estritamente relacionada com sua escuta. Segundo Lacan, “se há alguma coisa que possa nos introduzir à dimensão da escrita como tal, é nos apercebermos de que o significado não tem nada a ver com os ouvidos, mas somente com a leitura, com a leitura do que se ouve do significante” (LACAN, 1985, p. 47).

A escrita sempre teve para a Psicanálise um lugar privilegiado, desde a relação estabelecida por Freud entre os textos psicanalíticos e literários até suas intervenções clínicas baseadas na



leitura literal do significante. Além disso, desde o início de sua obra Freud se dedicou a uma série de construções teóricas visando à formalização do aparelho psíquico por ele concebido. Já no início de suas formulações, a partir da *Carta 52* (1896), o aparelho psíquico, mais do que a uma linguagem oral, foi concebido como um sistema de escrita constituído por traços de memória que com o decorrer do tempo estariam sujeitos a novos rearranjos e retranscrições.

Freud sugeria que os sonhos relatados em análise, considerados a via régia do inconsciente, deviam ser tratados como um escrito, lidos e decifrados como um rébus, de modo que as imagens produzidas por eles fossem apreendidas apenas em seu valor significante. Os sonhos seriam então a expressão de pensamentos oníricos latentes suscetíveis de decifração, e a interpretação do analista seria comparável ao deciframento da escrita dos antigos hieróglifos egípcios. “O interesse clínico dessa demarcação está associado à ‘leitura’ do inconsciente e de suas formações, o que, do ponto de vista da psicanálise, corresponde ao tema da interpretação” (MANDIL, 1999, p.155).

No entanto, é preciso destacar melhor as particularidades da escrita apreendida da interpretação freudiana dos sonhos, para que posteriormente possamos ter mais clareza sobre o próprio conceito de interpretação no campo psicanalítico. O rébus é uma forma fonemática de escrita, isto é, uma escrita que mantém relação direta com a linguagem falada. “Um rébus é uma representação de palavras ou sílabas por desenhos de objetos cujos nomes soam como as sílabas pretendidas” (FROMKIN; RODMAN, 1993, p.159). Assim, o símbolo ☼ pode representar em inglês tanto a palavra “sun” quanto “son”, assim como pode também representar uma sílaba da palavra portuguesa “soldado”. Esta é a escrita do sonho na medida em que este só pode ser lido porque o valor fonemático do significante, necessário para a construção de um sentido, está agregado a suas imagens. “A fonologia se propõe a examinar o valor lingüístico dos sons. Ela os aborda enquanto elementos que permitem distinguir o sentido das palavras” (VIEIRA, 2005, p.184).

Os sons só passaram a designar o sentido das palavras no momento em que se perdeu no símbolo a relação direta entre forma e significado. Isto porque não há forma que designe com fidedignidade os conceitos mais abstratos elaborados pelo homem. É nisso que se baseia o processo de alfabetização, através do ensino de associações semânticas entre determinados sons, em seu aspecto motor ou acústico, e determinadas representações gráficas. Nas palavras gato e gata, por exemplo, *o* e *a* são as unidades, tanto gráficas quanto sonoras, de sua diferenciação semântica. Desta forma, qualquer escrita que se leia, tomando aqui a leitura como compreensão, é uma escrita foneticamente articulada. “Uma escrita, como o sonho ele mesmo, pode ser figurativa, ela é sempre como a linguagem articulada simbolicamente, ou seja como ela fonemática, e fonética de fato, desde que se a leia” (LACAN, 1978, p.201).

Freud pautava a conduta de seu tratamento nesta possibilidade de leitura. Ele interpretava quando se aventurava na leitura do inconsciente, suas interpretações visavam os significados

latentes na fala de seus pacientes. Freud, emaranhado com o problema da pulsão, buscava resolvê-lo na análise de sentido. A partir de sua escuta, Freud lia para além do que seus pacientes diziam, localizava a irrupção de algo que não estava colocado na fala e fazia inferências a partir das idéias trazidas, chegando mesmo ao ponto de formular lembranças e fantasias recalcadas que nunca foram relatadas, lembranças que nunca se tornaram conscientes. A respeito das construções feitas em análise, Freud diz que “o caminho que parte da construção do analista deveria terminar na recordação do paciente, mas nem sempre ele conduz tão longe. Com bastante frequência não conseguimos fazer o paciente recordar o que foi reprimido” (FREUD, 1996 [1937], p.284).

Lacan, no início de seu ensino, procedeu da mesma forma, apostando na resolução dos sintomas a partir de um saber sobre os S1 do sujeito. Neste momento, o objetivo da interpretação é evidenciar os significantes aos quais o sujeito está identificado e submetido. Decifrado o significante mestre, o analisando poderia então produzir um saber sobre ele, saber este que lhe restituiria o lugar de sujeito entre S1 e S2. Assim, segundo esta concepção, cabe ao analista metaforizar a fala do analisando, franqueando a barra entre S e s para produzir um mais de significação para o sujeito.

É preciso interpretar no nível do s, que não é aberto a todos os sentidos, que não pode ser não importa o quê, que é uma significação, apenas aproximada, sem dúvida. O que está lá é rico e complexo quando se trata do inconsciente do sujeito, e destinado a fazer surgir elementos significantes irreduzíveis, *non-sensical*, feitos de não-senso (LACAN, 1998, p.236)

Ora, a primazia do significante não se define justamente pelo fato de que a intenção de significação está sempre no campo do Outro, sendo este o campo próprio da linguagem? Não é o próprio inconsciente que interpreta, já que a metáfora é uma lei do significante? Dizer da propriedade de auto-interpretação do inconsciente, de sua “dimensão do ler-se”, é outra forma de apresentar o sentido da fala como efeito de leitura do significante. É isto que nos permite afirmar que o sujeito psicanalítico é o sujeito do inconsciente alienado no desejo do Outro, já que não se sabe mais o que o significante quer dizer, ou melhor, o significado que este veicula, pois o significante pode veicular múltiplos sentidos. Desta forma, a interpretação é um efeito de linguagem que estabelece significado na série do deslizamento significante, promovendo certo ajuntamento entre um e outro.

Não se trata aqui de uma interpretação a ser acrescida. Da forma como a introduzo, a interpretação não é suplementária. Ao contrário, se constitui em passagem obrigatória do significante ao significado (...) Entre o significante e o significado, há a interpretação (MILLER, 1996, p.95)

É neste ponto que a interpretação ganha outro estatuto na prática psicanalítica. Se o sentido pertence ao campo do Outro, então é possível concluir que não é este o lugar do analista proposto por Lacan, o lugar do Outro. O objetivo principal numa análise é a desalienação do sujeito, e isso implica no esvaziamento do sentido. A leitura do analista perde sua função na medida em que conduz a um processo infinito de significação. “Vamos dizê-lo diferente: interpretar é decifrar. Mas, decifrar é cifrar novamente. O movimento pára somente numa satisfação” (MILLER, 1996, p.97).

Se por um lado Lacan prioriza o sentido dos sintomas em um primeiro momento, por outro ele vai desconstruindo tal concepção com o avanço de seu ensino. O escrito e a interpretação vão ganhando outras concepções no decorrer deste percurso. Miller afirma que há outra via de interpretação, um outro caminho que não visa o encadeamento delirante entre S1 e S2. “Na outra via o S2 fica retido, para não ser acrescido ao objetivo de cercear S1. Trata-se de reconduzir o sujeito aos significantes propriamente elementares, com os quais delirou em sua neurose” (MILLER, 1996, p.98). Assim, o analista não perde sua função de intérprete, desde que saiba de qual interpretação se trata. Se o sujeito se manifesta no lapso, naquilo que desarranja o discurso do Outro, então a interpretação se dará apontando para esta incongruência na fala do analisando, orientando-a não para um determinado sentido recalcado, mas para aquilo do qual se tem sempre algo a mais para se ler.

Em análise, atribuímos uma grande importância aos lapsos da fala. Um lapso é precisamente um momento em que não é o que queremos dizer, mas o que não queremos dizer que triunfa, como se o texto forçasse a entrada na fala, fazendo com que nos equivocássemos. A equivocação também é importante no ato da interpretação: fazer o paciente escutar o que disse, fazendo-o repetir (...) Ao fazer isso, estamos tentando mostrar que algo que ele disse pode ser ouvido de outra maneira. Isto é, estamos tentando fazê-lo ler algo mais na sua fala (MILLER, 1997, p.252)

Freud, apesar de suas tentativas na busca de deciframento, também acabou constatando aquilo que sempre postulava de uma forma ou de outra, ou seja, a impossibilidade de recuperar e restaurar, como um arqueólogo, aquelas reminiscências perdidas das quais restavam apenas alguns vagos fragmentos. Assim, o percurso da prática psicanalítica foi cada vez mais se orientando em função da relação do sujeito com a pulsão, com o que Lacan chamou de objeto *a*, ou seja, em função daquilo que não poderia ser dito. Segundo Miller, “ou a sessão é uma unidade semântica, onde S2 vem pontuar a elaboração – delírio a serviço do Nome-do-Pai – muitas sessões se constituem dessa forma. Ou a sessão analítica é uma unidade a-semântica reconduzindo o sujeito para a opacidade de seu gozo” (MILLER, 1996, p.98). Miller chama de

analítica apenas a sessão a-semântica. Veremos no capítulo 4 a função que o escrito desempenha nestas sessões para além da representação.

A relação fala / escrita é um problema filosófico antigo, mas é a partir de Saussure, em seu *Curso de lingüística geral*, que este tema ganha particular relevância. A linguagem é convocada como tema fundamental no século XX em diferentes campos do saber, e muitos pensadores, como Lacan, Derrida, Barthes, Blanchot e Mallarmé, dentre outros, trabalharam minuciosamente sobre as formas de sua manifestação, especialmente a fala e a escrita. O enfoque clássico sobre esta relação concebe a escrita como um sistema de representações da palavra falada, neste enfoque a palavra escrita tem como função a representação dos sons da palavra falada que lhe é anterior. Trata-se aqui da escrita considerada fonética, essa do rébus freudiano. Há, desta maneira, uma desvalorização da escrita, já que “a língua (a fala) evoluiria sem cessar, enquanto a escrita tenderia a permanecer imóvel, estável, não acompanhando, dessa maneira, a evolução da fala” (FLORENTINO, 2005, p.70).

É justamente esta concepção de escrita que será subvertida pelos vários pensadores acima citados. Esta concepção, como lembra Derrida em sua *Gramatologia*, de 1967, já era sustentada por Aristóteles, para quem “os sons emitidos pela voz são os símbolos dos estados da alma, e as palavras escritas, os símbolos das palavras emitidas pela voz”. Segundo outro enfoque, contrário à concepção clássica, a escrita não tem uma função secundária de representação da fala. Conforme observa Florentino, Barthes postula que “a escritura não é, portanto, nem uma cópia da fala, nem uma abordagem como a da escrita cotidiana ou da escrita científica, epistêmica, que fazem da língua, igualmente, um mero instrumento utilitário de comunicação” (FLORENTINO, 2005, p.75). Assim, o que se coloca é uma outra função para a escrita distinta da representação gráfica do som e da comunicação, uma outra forma de escrita denominada escritura. Apesar de suas diferenças teóricas, Barthes, Derrida e Lacan trabalham este conceito com o mesmo propósito de recuperar o valor da escrita em sua relação com o campo da linguagem.

Barthes, em seu livro *O prazer do texto* (1973), contemporâneo às teses de Lacan sobre a função do escrito, distingue dois tipos de texto: o texto de prazer e o texto de gozo. O texto de prazer é legível, pleno de sentido, e seu leitor é aquele que consome passivamente seu conteúdo. Este tipo de texto permite o prazer da interpretação e, conseqüentemente, a crítica literária. *Escrevência* é o nome que Barthes dá a esse texto.

O texto de gozo, ao contrário, é marcado pela sua opacidade à crítica e à interpretação, é um texto ilegível, ligado ao corpo, que não tem nenhum compromisso com a transmissão de mensagem. O leitor do texto de gozo é convocado a reescrevê-lo na medida em que o lê. Na verdade, é o próprio leitor que o escreve. Barthes chama esse texto de *escrevível* (*scriptible*), pois o que se coloca é sua necessidade de estar sendo sempre reescrito. A escritura é, portanto, o texto de gozo.

Desse modo, o escritor de prazer (e seu leitor), uma vez renunciando ao gozo, compõe um texto que convida “os amantes da linguagem” para aí se instalarem, de preferência, de modo confortável. Já o escritor de gozo (e seu leitor), por sua vez, apresenta um texto “impossível”, “fora-de-prazer”, “fora da crítica”, sobre o qual nada pode ser dito (MANDIL, 1999, p.177).

Jacques Derrida, por sua vez, trabalha o conceito de escritura através de sua perspectiva de *différance*. Derrida é o filósofo da desconstrução, seu objetivo foi desconstruir as categorias metafísicas estruturadas de modo hierarquizado, tais como: inteligível / sensível, dentro / fora, essência / aparência, *phoné* / escritura, e outras mais. “Estas contradições, estruturadas de modo hierarquizado, configuram uma relação de subordinação entre o lado mais forte, posto no centro, e o lado mais fraco, posto à margem” (VIEIRA, 1999, p.79). Desta forma, Derrida empreende um trabalho de descentramento de determinadas categorias, com o objetivo de disseminar as diferenças sem um ponto de ancoramento central de natureza metafísica.

*Différance* é um neografismo que descentraliza a escrita fonética clássica, já que introduz uma “marca muda”, a letra ‘a’, na escrita da palavra *différence*. Uma marca que pode ser escrita ou lida, mas não ouvida na palavra falada. A *différance* de Derrida abre espaço para uma tessitura de rede que não comporta margens, para uma escritura desenraizada que não tem nenhum ponto de amarração semântico. Assim, vemos que a escritura de Derrida também não pode ser compreendida, porque não há um significado transcendental implícito no texto.

Através desta lógica, trata-se de operar uma des-sedimentação do ser e do sentido, trata-se de desalojar a série dos valores metafísicos sustentada no “logos” paterno. Sendo assim, ao invés da metáfora joga-se com a metonímia, com uma série metonímica de termos (...) Se a metáfora trabalha a serviço da significação, da referência semântica, trata-se de abrir a significação a uma errância, a um deslocamento que deixe em suspenso a referência, que dissemine diferenças (VIEIRA, 1999, p.81)

Portanto, é no debate sobre a relação entre linguagem e escrita que a Psicanálise se funda enquanto prática e teoria. Veremos no capítulo seguinte a função que o escrito desempenha no processo analítico.

#### **4 - O ESCRITO NA LINGUAGEM**

A questão da escrita se coloca na prática psicanalítica na medida em que o analista assinala a impossibilidade de desdizer do analisando. “A psicanálise é uma experiência de escrita na

medida em que, diferente do que se dá no âmbito social de um modo geral, não é mais tão simples desdizer ou desconsiderar o que foi dito e escutado” (LAIA,1997,p.142). O equívoco signifiante, pouco considerado no âmbito social, é aquilo que indica para o analisando algo de outra ordem, algo que está gravado, inscrito, e que irrompe em sua fala a despeito de sua intenção. Esta ordem é precisamente a do escrito.

Lacan também trabalha o conceito de escritura, principalmente em seu Seminário XVIII *De um discurso que não seria do semblante* (1971), mas continua usando o termo escrita, e não se preocupa, posteriormente, assim como Barthes e Derrida, com o emprego conceitual do termo escritura. Em Lacan, é o conceito de letra que permite a definição do campo e da função do escrito na Psicanálise. Este conceito adquire diferentes formulações no percurso de seu ensino.

No primeiro tempo do ensino de Lacan, a partir do *Seminário sobre ‘A carta roubada’* (1956) e do texto *A instância da letra ou a razão desde Freud* (1957), a *lettre* (carta/letra) é tomada em sua dimensão signifiante, não sendo possível estabelecer uma distinção mais precisa entre os dois termos – signifiante e *lettre*. Se o signifiante pode aqui ser tomado como *lettre*, é justamente pela sua materialidade desvinculada da dimensão da comunicação, da função de transportar e transmitir a mensagem/significado. “Neste sentido, tomar um signifiante, isolando-o das possíveis significações a que ele remete, implica abordá-lo como algo próximo de uma letra” (MANDIL, 1999, p. 155). No *Seminário sobre ‘A carta roubada’*, onde Lacan explica a astúcia de Dupin, no conto de Poe, para recuperar a carta roubada pelo Ministro, o que se coloca é esta outra natureza do signifiante.

Dupin é alguém que leva em consideração o fato de uma carta não estar inteiramente do lado da mensagem – esta, aliás, nem mesmo é revelada no conto – mas que esta possui também uma materialidade, sendo, portanto, manuseável, passível de ser esquecida, rasgada, guardada, adulterada ou tratada como um detrito (MANDIL, 1999, p.22)

No entanto, mesmo em sua materialidade desconectada do significado, a letra continua, ainda assim, sendo entendida como suporte do signifiante, como algo não destacável deste. No Seminário II, *O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise* (1955), onde Lacan trabalha inicialmente o conto de Poe sobre A carta roubada, encontra-se para a letra a definição de signifiante puro, aquele apurado em sua forma. Neste Seminário, como observa Vieira, “a cibernética permitiu a Lacan fundar um estatuto de mensagem fora do sentido e introduzir o seu conceito de letra” (VIEIRA, 1999, p.61). Deste modo, a partir da cibernética, distinguindo a sintaxe e a semântica na noção de mensagem, Lacan ainda mantém a letra no domínio do simbólico, pois esta ainda persiste como veículo de mensagem sem conteúdos semânticos.

O que inicialmente define a materialidade da letra é sua propriedade de indivisibilidade. No *Seminário sobre 'A carta Roubada'*, Lacan diz que uma carta/letra sempre continuará a ser o que é, mesmo que a piquem em pedacinhos. Neste texto, a letra também é tomada como o lugar do significante, sendo a localização uma outra propriedade que permite sua definição de materialidade do significante. Segundo esta definição, a letra é o próprio inconsciente. Articulando as duas propriedades, Lacan diz

que o significante é unidade de ser único, não sendo por natureza símbolo senão de uma ausência. E é assim que não se pode dizer da carta roubada que seja preciso, contrariamente aos outros objetos, que ela esteja *ou* não esteja em algum lugar, mas sim que, por sua diferença, ela estará *e* não estará lá onde ela está, onde quer que ela vá (LACAN, 1978, p.31)

Com esta definição, vemos que as relações “singulares” (*odd*) que a letra mantém com o lugar estabelecem o próprio deslocamento significante. Algo está sempre faltando em seu lugar, deslocado, sendo esta a condição do campo simbólico. É a partir deste contexto que Lacan introduz o conceito de “falo” (*phallus*) em seu ensino, conceito fundamental em sua elaboração da teoria do significante.

O falo não se confunde com a imagem do pênis, sua dimensão é estritamente simbólica na medida em que representa a diferença sexual, ou seja, a própria falta do pênis. O falo é um significante especial desprovido de significação, o que justifica sua aproximação à ordem da letra. É um significante indivisível, indelével, um significante sem par inscrito na cadeia simbólica e que lhe dá suporte. Não produz significado, na medida em que é um significante isolado, mas escreve uma lei de seqüências através de seu deslocamento na cadeia, uma sintaxe que determina o sujeito e que comporta o ordenamento necessário para uma produção semântica. Portanto, a letra é definida neste sentido a partir de sua dimensão fálica, de sua possibilidade de engendramento de sentido no campo simbólico, mesmo que sua função pertença ao campo metonímico.

O falo é desprovido de significado porque é o resultado de uma operação metafórica sobre o real do gozo. A metáfora paterna é a operação que instaura a barreira originária da linguagem resistente à significação, isto porque seu resultado, o falo, é o índice daquilo que não pode ser representado. Lacan conclui a partir da fórmula da metáfora paterna que não existe realidade pré-discursiva, e que qualquer efeito de significação depende desta metáfora original. Por isso, o falo “é o significante destinado a designar no seu conjunto os efeitos de significado, no que o significante os condiciona por sua presença de significante” (LACAN, 1978, p.267). Aqui a linguagem é concebida como uma grande metáfora do real.

Desta forma, a ordem simbólica só tem sua dimensão significante, fora do sentido, na medida em que préexiste ao sujeito e à inscrição do nome-do-pai. Se a lei do significante já está

operando mesmo antes do nascimento do sujeito, é porque o significante fálico já está inscrito na civilização, mas isso não garante de forma alguma que esta inscrição seja reeditada a cada novo nascimento. Logo, é a metáfora paterna no plano subjetivo que permitirá a proliferação de sentido, e não a linguagem por ela mesma, como queriam os lingüistas. O índice do sujeito é a relação, via falo, entre significante e significado. Esta relação é equivalente a relação fala / escrita.

Lacan trabalha ao mesmo tempo com duas definições ou mesmo funções do simbólico: numa ele é definido a partir do pacto da fala (*parole*) e na outra a partir do automatismo significante. No simbólico definido a partir do pacto da fala, a idéia de substituição é essencial: um símbolo é um signo que vem no lugar de um outro; há aí uma função metafórica. Já no símbolo de uma linguagem formal, quase algébrica, os símbolos não se definem por sua função metafórica, por sua função de substituição, mas por algo de sua materialidade presente e operante. Essas duas concepções acabam constituindo uma espécie de oposição entre duas noções chaves: a de fala e de letra (VIEIRA, 1999, p.58)

A materialidade presente e operante no campo simbólico é o próprio automatismo significante que determina o sujeito, ou seja, é o próprio inconsciente determinando a necessidade para o sujeito. Vemos que o inconsciente já começa a ser definido a partir do campo da escrita neste momento, de uma linguagem formal falicamente ordenada. A fala seria então o recurso terapêutico utilizado frente a esta determinação inconsciente. Segundo esta concepção, o sujeito só pode restituir-se enquanto desejante ao retomar a dimensão metafórica da fala. Sobre este ponto, Vieira observa que “há um pressuposto que o desejo inconsciente, sendo indestrutível, é sempre remanejável pela fala, pressuposto que leva a um certo otimismo terapêutico” (VIEIRA, 1999, p.58). O desejo não é destrutível, mas é perturbável, já que “a letra, caracterizada pelo automatismo do significante, pelo *automaton*, parece excluir o querer, o desejo (...) A intervenção da letra perturba o pacto da fala, ela introduz nele uma ruptura, uma dissidência, uma desordem” (VIEIRA, 1999, p. 60).

Há um grande impasse nesta questão, pois a ruptura que a letra marca no campo simbólico não introduz aqui a dimensão do irrepresentável do gozo. Neste momento, a letra é tomada apenas em sua dimensão fálica, isto é, em sua possibilidade de leitura. Desta forma, o que se coloca é a insistência da letra que não cessa de se escrever, de se dar a ler. Como já foi dito, a letra permanece neste momento no campo do significante, tendo a fala como sua consequência. Segundo Mandil, no *Seminário sobre 'A carta roubada'* há “um esforço de Lacan em procurar tratar a dimensão da satisfação sexual na experiência analítica a partir da ordem simbólica; tratamento esse que chegaria ao extremo de buscar uma redução das experiências de gozo ao significante, em especial ao significante ‘falo’”(MANDIL, 1999, p.27).



Apesar de todas as tentativas de reduzir a experiência sexual ao simbólico, o que vai se colocando cada vez mais é a insuficiência do falo enquanto ponto de amarração da linguagem. Lacan percebe aquilo que Freud já postulara com a pulsão de morte, isto é, a repetição incessante de algo que não pode ser interpretado. Freud considerava o retorno do recalcado como conseqüência lógica do recalque, isto porque o recalque é sempre fracassado, porque a barreira entre significante e significado não é tão bem erigida assim. A linguagem não interdita completamente a coisa, a satisfação sexual não se reduz às vias do significante, e o que vai sendo novamente constatado é que algo do gozo permanece vivo para além do campo simbólico. Se de um lado temos o falo enquanto significante da castração, de um menos de gozo, do outro temos o objeto *a*, o objeto que condensa um gozo não esvaziado pelo significante. Desta forma, estão dadas as condições para que a letra ganhe outra dimensão no campo da linguagem, a dimensão real de acesso ao gozo. “A partir do momento em que se agarra o que há – como dizer – de mais vivo ou de mais morto na linguagem, a saber a letra, é unicamente a partir daí que temos acesso ao real” (LACAN, 1993, p.106).

É a partir do texto *Lituraterre* (1971), já em seu segundo ensino, que Lacan diferencia com maior nitidez a noção de letra, sendo este o momento no qual o escrito ganhará importância fundamental para a experiência analítica.

Subordinada até então ao campo da fala, à ordem significante, a *lettre* torna-se uma referência central nesse período do ensino de Lacan, em que se verifica uma promoção do escrito em relação a todas as demais considerações sobre o campo da linguagem (...) Podemos adiantar que essa promoção do escrito em contraposição à fala – traduzida, entre outras, na contraposição entre letra e significante – visaria a buscar uma formalização desse elemento destacável na experiência analítica e que Lacan tenta apreender com a noção de gozo (MANDIL, 1999, p.52)

A materialidade da letra se desconecta agora de qualquer sentido da ordem significante, seja semântico ou sintático, metafórico ou metonímico. “Lacan conceberá, então, a letra, não mais exatamente como suporte material do significante, mas como um elemento atômico que dele se destaca, fazendo a borda entre o simbólico e o real, entre o saber e o gozo” (CASTELLO BRANCO, 2000, p.104). A letra é aqui concebida como o litoral entre esses registros – simbólico e real. Lacan confere ao real o estatuto do impossível, o que o define é sua impossibilidade de escrita. O real não cessa de não se escrever, sua sentença é estar à margem da linguagem, margem cuja composição literal anuncia sempre um mais além de gozo, uma satisfação pulsional não contabilizada no registro simbólico. Pode-se dizer que do lado do simbólico, do significante, permanece apenas a intenção de significação, enquanto do lado da letra também se extrai a

intenção de gozo. Sua função de litoral é esta, pode tanto estar a serviço do significante quanto do gozo.

Separando mas ao mesmo tempo conjugando mar e terra, a imagem do litoral fornece, a essa altura, a figuração necessária para uma articulação entre elementos heterogêneos, permitindo, ao mesmo tempo, presentificar a ausência de uma medida comum entre, por exemplo, o terreno do sólido e a fluidez do líquido. É ao nível do litoral que Lacan irá procurar, então, assentar a letra (MANDIL, 1999, p.55)

Com essas considerações Lacan abre o campo para a definição da função do escrito na prática psicanalítica, e coloca que “a escrita não é de modo algum do mesmo registro, da mesma cepa se vocês me permitem esta expressão, que o significante” (LACAN, 1985, p.41). A escrita, em psicanálise, não tem como função a transmissão da mensagem, daí o dizer de Lacan sobre seus *Escritos*, que não são para serem lidos. Lacan critica a leitura como compreensão, a leitura que “procuraria estabelecer uma relação amorosa (no sentido de “fusional”) entre o que está escrito e o que aquilo significa” (MANDIL, 1999, p.203).

Para Lacan, a escrita é um produto marginal da linguagem, um efeito daquilo que se articula no campo do significante. Desta forma, não cabe à escrita nenhuma função de representação, pois a operação metafórica necessária para a construção do sentido se dá no campo da linguagem. A leitura dos sonhos realizada por Freud demonstra o valor de representação das imagens oníricas, imagens que representavam metaforicamente os pensamentos latentes. Freud decifrava sonhos porque sabia da estrutura de linguagem operante no inconsciente, mas sabia também de algo irrepresentável que escapava à sua leitura. Assim delinea-se o campo da escrita em psicanálise, pois “o que não pode ser representado, pode, no entanto, ser escrito. O que já é conferir ao escrito um estatuto diferente daquele da representação” (MANDIL, 1999, p.196).

A escrita não se localiza dentro do campo da linguagem, fica a margem desta, inassimilável pela articulação significante, o que torna impossível sua leitura. E é justamente nessa dimensão de ilegível que se dá a sua função de demanda a interpretar. O escrito convoca o sujeito à interpretação, sua ilegibilidade é a condição para que o sujeito se responsabilize pela leitura que consegue dali extrair. “Lacan outorga um outro estatuto ao escrito: este passa à função de causa da produção, sendo o leitor o sujeito que se divide frente a ele, convidado a pôr algo de si numa dimensão que compromete seu desejo” (VIDAL, 2000, p.25).

Então, é no desejo de ler em voz alta o silêncio da fala que se faz a prática psicanalítica. E se a leitura, aqui identificada à fala, já que ler é sempre ler em voz alta, tem um valor fundamental na análise, é justamente por ser o não-a-ler do texto o que se reitera e agrava a cada esforço de leitura do sujeito, como uma rasura que vai se tornando cada vez mais evidente a cada nova tentativa de reescrita sobre o papel. A escrita é a borda que permite o ciframento do objeto,

a margem que circunscreve para o sujeito o campo irrepresentável da pulsão. Podemos dizer que a escrita é a gravura do impossível no campo da linguagem, o fracasso do Outro em seu saber. Portanto, a letra é o operador escrito do processo analítico subjacente a toda palavra falada.

A fala que tem necessidade do divã é aquela que não sabe de qual escrito advém e, se ela se repete, é porque está em busca do escrito que a mantém sob o regime do necessário (...) Isto é, ela sempre se repete em vão e futilmente; pois só constitui um escrito quando se junta à última borda de seus limites, de onde uma reviravolta torna-se possível pela delimitação de um impossível (ATTIÊ, 1989, p.27)

Em análise o ser falante descobre que aquilo que o causa e divide é um fragmento de linguagem, um resto de palavra inassimilável por sua leitura. “O sujeito se divide entre a dimensão do escrito e o exercício da palavra. A escritura ‘dá o osso’ aos gozos que se abrem para o ser falante. Uma letra que não se lê, o sujeito atrelado ao ilegível da letra” (VIDAL, 2000, p.29). A prática psicanalítica visa à falta do sujeito, à estruturação do desejo, e tal operação não se faz senão com a produção de um resto de gozo inassimilável pela linguagem, de dejetos (*a letter, a litter*) que deixam como rastro a escrita do impossível que é a letra.

Como os sulcos sobre a planície siberiana percebidos por Lacan, as letras permanecerão como rastro, em meio a pedaços de papel, garrafas velhas e restos de comida. A escrita não registra mais a fala, nem representa, nem significa, mas lá permanece, deitada diante do que não se escreve. Marca de sua própria impossibilidade, a escrita converte-se, desse modo, numa rasura sem que nada tenha sido rasurado (MANDIL, 1999, p.70)

## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O inconsciente é um produto da prática psicanalítica. O inconsciente estruturado como uma linguagem é o efeito da fala do analisando endereçada ao analista, sendo a fala o recurso analítico que permite a localização do sujeito no campo do Outro. Investigando o lugar de saber do Outro, da lei significante que opera na determinação do sujeito inconsciente, podemos identificar a função fálica como aquela que permite a organização do campo do Outro segundo os mecanismos próprios da linguagem.

Para a Psicanálise, a lei significante é a própria lei edípica. A operação da metáfora paterna, cujo resultado é o falo, significante da castração, da diferença sexual, é o que interdita para o sujeito o real do gozo. A barreira resistente à significação entre significante e significado é o que, em outros termos, chamamos de recalque. Uma vez estabelecida a barreira, o significado

último do sujeito está para sempre perdido, perda que tem como índice a inscrição do falo na cadeia simbólica. O inconsciente, fundado a partir do recalque originário, é a resposta do ser humano frente ao enigma da falta. Desta forma, a linguagem é a metáfora, sempre incompleta, de um gozo perdido.

Além disso, e mais essencialmente, é preciso acrescentar que se Lacan ressalta que o inconsciente é um saber, trata-se de um saber que vem preencher a falta de saber instintual – pois o instinto animal é uma forma de saber inscrito no organismo vivo – falta essa inerente ao sujeito humano desde seu nascimento (...) Contudo, o saber inconsciente – o simbólico – apresenta um ponto de não-saber – o real – em torno do qual toda a estrutura orbita: trata-se da diferença sexual que se recusa ao saber (JORGE, 2002, p.67)

Aqui a linguagem é concebida como um saber articulado frente ao real da diferença sexual, um saber sempre incompleto que tem o falo como fundamento. Vemos que há nesta concepção uma oposição entre real e simbólico, entre a coisa e a palavra falada. A palavra falada tem função de preenchimento, de encobrimento do não-saber sobre o sexo. Neste momento, o que predomina é a vertente metafórica da linguagem. Segundo Jorge, “no Seminário sobre *Os escritos técnicos de Freud*, Lacan pondera que todo uso da linguagem é metafórico, isto é, a linguagem é, em si mesma, da ordem da substituição de uma falta originária” (JORGE, 2002, p.90).

O que está em questão desde então é o seguinte: o significante mata ou não mata a coisa? Lacan, no primeiro momento de seu ensino, aposta no saber construído a partir de uma análise, no uso metafórico da linguagem em detrimento daquilo que não pode ser representado. Neste caso, a estrutura da linguagem garante ao sujeito uma órbita em torno de seu não-saber, descrevendo-lhe uma trajetória, um caminho a percorrer. Esta trajetória é escrita pelo deslocamento da *lettre*, pela materialidade do significante que não corresponde ao seu sentido. A letra não corresponde ao sentido, mas o tem como efeito através da leitura do sujeito. É do sentido que se trata neste momento, e das possibilidades de leitura que afastam as vertigens provocadas pelo real. Desta forma, podemos dizer que o significante visa à morte da coisa, mas o máximo que consegue é inflar a ilusão de seu afastamento, pois o real permanece sempre em seu lugar.

No seu segundo ensino, Lacan postula o gozo como outro produto da prática psicanalítica. O gozo não é mais concebido apenas em sua face de perda, o que se coloca então é a produção de um gozo a mais pelo significante. Se por um lado o significante mortifica o gozo, encobrindo-o com seus sentidos, por outro ele também o vivifica. Isto porque existe no significante a dimensão do escrito. Neste momento a letra deixa de representar somente o deslocamento metonímico do desejo em função do gozo que lhe é atribuído. “A partir do momento em que se agarra o que há –

como dizer – de mais vivo ou de mais morto na linguagem, a saber a letra, é unicamente a partir daí que temos acesso ao real” (LACAN, 1993, p.106). A dimensão de gozo da letra é a marca de sua fixidez, de sua impossibilidade de deslocamento e deciframento no campo da linguagem. Esta impossibilidade evidencia na prática psicanalítica o gozo presentificado na linguagem. A linguagem não mais se reduz à sua dimensão fálica, já que existe nela própria algo para além de sua função representativa.

Na tradição filosófica ocidental, o valor da linguagem sempre esteve associado à dimensão da fala. A fala sempre foi considerada a expressão da linguagem em sua forma mais pura, enquanto à escrita ficava reservada apenas a função de representação gráfica das palavras faladas. A escrita que cumpre esta função é secundária à fala, e não serve a prática psicanalítica, pois está estritamente vinculada a comunicação. Lacan também trabalhou com este conceito de escrita, mas foi a partir de outra proposta que o escrito ganhou particular relevância em seu ensino.

Lacan postula que a escrita só serve à Psicanálise em sua função de impossibilidade de leitura. O inconsciente não tem fim, mas uma análise sim, desde que o sujeito se depare com sua própria causa, com as letras rasuradas e ilegíveis que lhe demandam sempre uma nova escrita. A escrita analítica tem como causa os dejetos do Outro, o lixo que não lhe serve, e seu trabalho consiste em um processo contínuo de reciclagem subjetiva. A letra simbólica é aquela que escreve a necessidade para o sujeito, que traça seu destino segundo sua própria lei. A letra de gozo, e esta nos interessa, é aquela que ainda não foi determinada, que está ali para que o sujeito dela se aproprie, escrevendo com sua própria rubrica os desígnios de um fora-da-lei. “Mesmo quando o sujeito descobre a lei de seu outro, ele não pára aí, porque ainda não está certo de ter descoberto a causa. A causa é o que não está escrito, ou talvez o que ainda não foi lido, mas, com efeito, o que não é lido não está escrito” (MILLER, 1997, p.258).

## 6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATTIÊ, Joseph. O dito/o escrito: o necessário, o impossível, o contingente. **Revista Isso**, Belo Horizonte, n.1, p. 26-30, 1989.

AUROUX, Sylvain. **A filosofia da linguagem**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

BRANDÃO, Ruth Silviano. Riscos da leitura psicanalítica. In: BRANDÃO, Ruth Silviano; CASTELLO BRANCO, Lúcia. **Literaterras: as bordas do corpo literário**. São Paulo: Annablume, 1995. p.19-24.

CASTELLO BRANCO, Lúcia. **Os absolutamente sós: LLansol - A letra - Lacan**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

COELHO, Maria Cristina Ferraz; NASCIMENTO, Suzana Rocha. Entre gozo e saber – Freud: o trabalho de-cifrar –. **Escola Letra Freudiana**, Rio de Janeiro, n. 26, p.47-54, 2000.

COTTET, Serge. Penso onde não sou, sou onde não penso. In: MILLER, Gerard (Org.). **Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989. p.11-23.

FINK, Bruce. **O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FLORENTINO, Cristiano. **As erupções da voz: a voz da escritura de Antonin Artaud**. 2005. 264f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Belo Horizonte.

FREUD, Sigmund. **A interpretação das afasias**. Lisboa: Edições 70, 1979.

FREUD, Sigmund. Construções em análise (1937). In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XXIII.

FREUD, Sigmund. Fixação em traumas – o inconsciente (1917). In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XVI.

FREUD, Sigmund. O interesse científico da psicanálise (1913). In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XIII.

FROMKIN, Victoria; RODMAN, Robert. **Introdução à linguagem**. 3ª ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1993.

GORI, Roland. **A prova pela fala**: sobre a causalidade em psicanálise. São Paulo: Escuta, 1998.

JORGE, Marco Antonio Coutinho. **Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan**: volume 1 : as bases conceituais. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

LACAN, Jacques. A significação do falo. In: **Escritos**. São Paulo: Perspectiva, 1978. p.261-273.

LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: **Escritos**. São Paulo: Perspectiva, 1978. p.223-259.

LACAN, Jacques. Função de campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: **Escritos**. São Paulo: Perspectiva, 1978. p.101-187.

LACAN, Jacques. “La tercera”. In: **Intervenciones y textos 2**. Buenos Aires: Manatinal, 1993.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 11**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 20**: mais, ainda. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LACAN, Jacques. Seminário sobre a carta roubada. In: **Escritos**. São Paulo: Perspectiva, 1978. p.17-67.

LACAN, Jacques. Situação da psicanálise e formação do psicanalista. In: **Escritos**. São Paulo: Perspectiva, 1978. p.189-222.

LAIA, Sérgio. A escrita não serve. In: ALMEIDA, Maria Inês de (Org). **Para que serve a escrita?**. São Paulo: EDUC, 1997. p.137-156.

MANDIL, Ram Avraham. **Os efeitos da letra**: Lacan leitor de Joyce. 1999. 350f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Belo Horizonte.

MANNONI, Octave. Poesia e Psicanálise. In: **Um espanto tão intenso**: a vergonha, o riso e a morte. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p.25-51.

MILLER, Jacques-Alain. A interpretação pelo avesso. **Opção Lacaniana**, São Paulo, n.15, p.96-99, abril 1996.

MILLER, Jacques-Alain. Conferência introdutória no Hospital Sainte-Anne. In: FELDSTEIN, Richard; FINK, Bruce; JAANUS, Maire (Orgs.). **Para ler o Seminário 11 de Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 249-258.

MILLER, Jacques-Alain. O escrito na palavra. **Opção Lacaniana**, São Paulo, n.16, p. 94-102, agosto 1996.

VIDAL, Eduardo. Uma letra que não se lê. **Escola Letra Freudiana**, Rio de Janeiro, n. 26, p.25-30, 2000.

VIEIRA, Márcia Maria Rosa. **Fernando Pessoa e Jacques Lacan**: constelações, letra e livro. 2005. 294f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Belo Horizonte.

VIEIRA, Márcia Maria Rosa. **Poe, Lacan e Derrida**: o destino da letra. 1999. 199f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.

## **7 - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ALMEIDA, Maria Inês de (Org). **Para que serve a escrita?**. São Paulo: EDUC, 1997.

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

BEZERRIL, Cristina (Relatora). Imagens da letra. **Opção lacaniana**, São Paulo, n. 41, p.119-125, novembro 2004.

BRANDÃO, Ruth Silviano; CASTELLO BRANCO, Lúcia. **Literaterras**: as bordas do corpo literário. São Paulo: Annablume, 1995.

COSTA, Ana. **Corpo e escrita**: relações entre memória e transmissão da experiência. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

FAVATO, Ana Maria Fabrino. **Que discurso para a escrita em psicanálise?**. Disponível em <<http://www.cbp.org.br/artigo5.htm>>. Acesso em: 07 maio 2006.



FREUD, Sigmund. A interpretação de sonhos (1900-1901). In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. IV e V.

FREUD, Sigmund. Carta 52 (1896). In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. I.

FREUD, Sigmund. O prêmio Goethe (1930). In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XXI.

FREUD, Sigmund. Uma nota sobre o 'bloco mágico' (1925[1924]). In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XIX.

INSTITUTO DE PSICANÁLISE E SAÚDE MENTAL (MG). **Almanaque**: a escrita em psicanálise. Belo Horizonte, Ano 5, n.8, novembro 2002.

LACAN, Jacques. Lituraterra. In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 18**: de um discurso que não seria do semblante. Inédito.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LECLAIRE, Serge. **Psicanalisar**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

MANDIL, Ram Avraham. O lugar da interpretação hoje. **Curinga**, Belo Horizonte, v. 7, p. 09, abril 1996.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 10ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTIAGO, Jésus. Interpretação e semântica do gozo. **Curinga**, Belo Horizonte, v. 7, p. 10-15, abril 1996.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. 26ª ed. São Paulo: Cultrix, 2004.